

Amara Moira Rodovalho
Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil

O cis pelo trans



Esta obra está sob licença *Creative Commons*.

Preâmbulo

Cis, trans: antes de tudo metáforas. Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico. Cisalpino, transalpino. A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “cis” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “trans” os que permanecem em lados opostos. O próprio dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de *cis* como “da preposição latina de acusativo *cis* ‘aquém, da parte de cá de’ (por oposição a *trans*)”. E inúmeros outros exemplos. Metáforas, sempre metáforas. Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha. É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? É partindo dessa pergunta retórica que ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como “trans” a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como “cis”, cabendo-nos apenas pensar formas de fazer com que as duas imagens propostas nessa metáfora, aquilo-que-cruza e aquilo-que-deixa-de-cruzar, se traduzam em sentidos mais palpáveis.

No que concerne ao debate das identidades de gênero, no entanto, “cis” surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, “trans”, este na década de vinte, aquele quase que na virada para o século XXI, e é compreensível a demora. Poucos são os registros sobreviventes de pessoas que, no passado remoto, reivindicaram uma existência outra que não a predita por seu genital. A verdade é que, numa sociedade profundamente cissexista, numa sociedade tão cissexista que sequer conseguisse enxergar o próprio

cissexismo (de tão naturalizada que estava essa lei, de tão apagada que estava a sua origem, a sua razão), não haveria a menor possibilidade de pensarmos a existência material, concreta de pessoas trans. Por obra da violência transfóbica, que tem suas bases bem fincadas no sexismo, aquelas pessoas que ousassem afrontar essa lei seriam mortas ou teriam que voltar de imediato para o armário, dando a impressão falsa de que inexistiam ou de que *desexistiram*. Foi necessário o surgimento e fortalecimento do movimento feminista e, com ele, a transformação radical dos sentidos que a palavra “mulher” denota para, aos poucos, pessoas criadas para ser homem conseguirem começar a fazer legítima sua reivindicação de existir enquanto mulher e, hoje, pessoas criadas para ser mulher começarem a conseguir fazer com que seja razoável, aceitável a sua reivindicação de existir enquanto homem (o fato de só hoje a ideia de homem trans estar se tornando conhecida, inteligível diz muito sobre o que nossa sociedade reserva às pessoas criadas para ser mulher).

Diante desse breve panorama, que não tem nenhum objetivo de ser rigoroso ou mesmo acurado, quando alguém diz desgostar do termo “cis”, achá-lo redutor, a primeira coisa que me ocorre é descobrir como a pessoa em questão compreende e desenvolve esse termo. A resposta que, via de regra, recebo não difere muito de “pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento”, ou algo muito afim a isso. Perceba-se desde já que a ênfase na identificação, na auto-identificação, desloca a discussão que venho propondo aqui do âmbito do político, do social para o do indivíduo, do subjetivo, coisa a que temos muito menos acesso. Sou capaz de ver pessoas trans e mesmo pessoas cis circulando pelas ruas, mas raramente terei acesso àquilo que pensam sobre si, a como se identificam: no máximo, terei acesso ao que dizem de si, o que não é o mesmo, a menos que acreditemos que a pessoa saiba precisamente o que é e seja capaz de dizê-lo de maneira inequívoca, além de querer de fato dizê-lo. Voltando à resposta sobre o termo “cis”, o curioso dela é que essa tal identificação, considerada redutora pela pessoa xis (cis, em 99,9% dos casos) com quem dialogo, diz também muito sobre o que a pessoa em questão compreende por “trans”, “pessoa que não se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento”, uma compreensão que, ousado dizer, seria igualmente redutora, mas cujo reducionismo não faz com que a pessoa xis sinta-se no direito (dever?) de atacar a insuficiência do conceito que joga sobre os nossos ombros. Oras, usam a palavra “trans” a rodo, a mesma gente que se recusa a empregar “cis”, e usam porque acreditam que ela diz algo, ainda que não saibam exatamente o quê. Usam porque acreditam que existimos e acreditam que existimos porque já não são capazes de não nos ver, de não nos reconhecer na multidão.

Eis o ponto: existimos, pode-se dizê-lo sem dificuldade. Quando o não-nós se deu conta disso, pensou então uma metáfora para explicar nossa existência, nossa condição, metáfora que projetaria implicitamente uma imagem também daquilo que não somos, daquilo que deixamos de ser, daquilo que seria esse não-nós que nos nomeia “trans”. Em seguida, o não-nós buscou formulações verbais para destrinchar a metáfora “trans”, formulações que nunca fizeram jus à multiplicidade de existências abarcadas pela metáfora, insuficiência essa que, à medida que vamos nos fazendo notar e respeitar, cada vez menos pode ser alegada para defender que não existimos. Eis novamente o ponto: existimos, e em função desse não-nós. E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgride uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher. A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir.

Naquele momento inicial, cem, cinquenta anos atrás, onde existíamos tão-somente para profissionais psi, em seus consultórios e manicômios, a ênfase na auto-identificação fazia pleno sentido. Não era possível ocupar as ruas, existir para além desses espaços, então a única forma de nos fazermos notar era através desses testemunhos tímidos, chorosos. Passávamos por pessoas loucas e talvez, por conta da própria impossibilidade de existir e da própria repressão a que estávamos o tempo todo sujeitas, de fato o fôssemos: a sociedade nos fazia doentes e talvez já seja hora de ela reconhecer sua parcela de culpa em nossa loucura, sua responsabilidade em não conseguir nos fazer segundo aquilo que nos criou para ser. Nosso direito de, como viriam a denominar, “cruzar” a tal linha que divide os gêneros só começa a ganhar corpo à medida que conseguimos dar legitimidade ao testemunho que explicava esse desejo: se era necessária a explicação, então o foco na auto-identificação daria todos os porquês e, com a sensibilização que isso propiciava, iríamos conquistando o direito de começar a existir no outro gênero não mais apenas para si

como também para uma comunidade mais ampla. Hoje, a situação é diversa. Já há um número considerável de nós andando pelas ruas, ocupando o espaço público. Com toda a certeza a maioria de nós está sendo violentada, assassinada, excluída na maior parte dos espaços, mas ainda assim não se pode negar que já existimos em peso, que já é difícil encontrar quem nada saiba de nossa existência.

A auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto-identificação, para pensarmos as existências trans. Não se pode esquecer, aliás, que na maioria das interações sociais não haverá tempo hábil para você dizer o que é, seu corpo tendo que se fazer capaz de transmitir a mensagem da forma mais inequívoca possível: isso não quer dizer, de forma alguma, que nós efetivamente nos sujeitamos ou devemos nos sujeitar aos estereótipos cis, imitá-los à perfeição, para poder exigir que nos respeitem, que nos deixem em paz, mas sim que existe todo um investimento na construção desse corpo, corpo que também é identidade, para diminuir o desgaste de ter que negociar, com quem interage com você, o que você é ou deixa de ser. Cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência: eis a ideia. E funciona assim por conta da identidade, o nosso papel no mundo, não ser decidida por decreto, mais uma crítica ao foco engeguecedor na auto-identificação: quem se identifica se identifica com alguém, mas esse identificar-se não é unilateral, “sua palavra contra a minha”, “sua palavra basta”. O grupo com que nos identificamos terá que minimamente reconhecer a legitimidade dessa nossa identificação (assim como os demais atores sociais) ou, então, o que temos a dizer sobre nós, sobre o que somos, não terá nenhuma valia.

A luta não é simplesmente acumular um máximo de estereótipos cis para conseguir a tal da passabilidade e camuflar-se na multidão, pôr-se ao abrigo da transfobia, mas sim dar legitimidade ao discurso que enxerga a mulheridade trans como integrante da própria noção de mulheridade e a homenzidade trans da homenzidade plena, reorganizando os sentidos que as palavras “mulher” e “homem” comunicam. Vão continuar nos lendo como trans, cada vez mais verão pessoas trans circulando pelas ruas, mas agora, ao se depararem conosco, saberão entender o que estamos buscando que nossos corpos digam e também verão, em nós, um reflexo daquilo que não se permitiram ser. O foco na

auto-identificação reforça a ideia de que só se necessita explicar aquilo que cruza a linha, nunca aquilo que não cruza, que deixa de cruzar. Não cruza ou deixa de cruzar? A dúvida pode parecer gratuita, mas a segunda expressão lança luzes sobre o quanto há de escolha nesse não-cruzamento, o quanto esse não-cruzamento pode dever-se à natureza transfóbica de nossa sociedade – o mundo visto pelos nossos olhos. Em qualquer das expressões, no entanto, fica talvez a impressão de que quem “não cruza” / “deixa de cruzar” encontra-se, não margeando a linha, acompanhando-a de alguma maneira, mas estático, imóvel, petrificado diante da nossa audácia de cruzar: será esse o incômodo que sentem ao se verem sob o signo do “cis”?

Cis: o contrário de trans, seja lá o que isso signifique. Se “cis” lhe parece um conceito redutor, é sinal de que a sua própria compreensão de “trans” também deve sê-lo.

A mulher cis, a travesti e o homem trans

Imaginemos a tal linha que divide mulher e homem e recordemos Beauvoir, o “não se nasce, torna-se”: a biologia não é por certo responsável pela mulheridade da dita pessoa, mas sabemos que sua genitália, lida como sexo “feminino” à altura do nascimento, fará com que ela, essa pessoa xis, receba toda uma criação para ser mulher, o que significará tanto ela entender a si própria como mulher quanto ela se apresentar legível feito tal para a sociedade (o “parecer mulher” é fundamento do “ser mulher”): a trans que seja lida como cis estará ao abrigo da transfobia nas situações em que esta leitura não for posta em dúvida, ao passo que a cis lida como trans sofrerá transfobia ainda que não se entenda, não se identifique como trans). Se, no decorrer desse processo, a pessoa criada para ser mulher se entender, se reivindicar e for lida como mulher, ela estará do lado “mulher”, sempre margeando a linha invisível que separa os gêneros, ainda que flerte com o que se encontra para além da linha. Se essa pessoa, no entanto, reivindicar para si a existência outra que não aquela para a qual foi criada, ou seja, a existência de homem, então ela será um homem trans. Cis e trans, pontos de referência, os dois extremos duma dada divisão do mundo, entre eles havendo uma grande variedade de sujeitos e mesmo casos fronteiriços.

Como já dito antes, a auto-identificação não dá conta de resolver o caso, visto que o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos entre o que é ser e o que é parecer. A mulher masculina (e prefiro aqui “masculina” a “masculinizada”, pois o sufixo “-ada” dá uma impressão de espuriedade a essa carac-

terística), quando vítima de discriminação por não performar o feminino, como nomearemos essa violência? Podemos pensar em lesbofobia, acreditando que o agressor tenha imaginado que ela é, ou talvez se fez, masculina por gostar de mulheres, mas antes do “gostar de mulheres” (que pode nem sequer ser o caso) existe aquilo que ela “se fez”, aquilo que ela “é”, coisa muito mais evidente, afrontosa em nossa cultura misógina, machista. Não à toa os homens trans demoraram bem mais tempo para conseguir se fazer conhecidos, inteligíveis, demoraram bem mais tempo para conseguir se organizar num movimento político que reivindicasse seus direitos, que apresentasse suas demandas. A mulher cis expulsa do banheiro feminino por ser lida como homem cis, será isso também lesbofobia, sempre lesbofobia? Se lida como homem trans, ou seja, como homem possuidor de vagina, pessoa criada para ser mulher mas que se recusou a aceitar, caber nesse destino, duvido que seria expulsa, e aqui fica bem clara a problemática entre o que se é e o que se parece ser.

E com isso voltamos às insuficiências da auto-identificação. Podemos focar naquilo que as pessoas dizem que são (ou que acham que dizem que são, uma vez que há o inconsciente e também essa língua que resiste a dizer o que acreditamos querer que ela diga – pense-se, por exemplo, no tanto de vezes que nos valem da expressão “não foi isso o que eu quis dizer”) ou, então, atentar para algo mais palpável que o discurso sozinho, algo mais visível, mais sensível, a maneira plena como essas pessoas existem. Se perguntarmos a travestis o que elas são, a resposta pode variar entre: 1) “sou mulher, né?”; 2) “ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer” e 3) “nem mulher, nem homem, sou travesti”. Se fôssemos nos basear no que dizem, no que são capazes de dizer sobre si, seria impossível pensar maneira de localizá-las na sociedade, de definir-lhes um papel. Essa variação se dá, dentre outros motivos, porque não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti: o “não se nasce, torna-se” da Beauvoir assume um sentido todo particular em se tratando dessa categoria, pois não existe a opção “nascer” para nós, mas tão-somente a opção “tornar-se”. Faz diferença a travesti dizer-se “homem” ou dizer-se “mulher” diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? Não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser. “Homem” e “mulher” são palavras polissêmicas, palavras que comportam sentidos bastante

divergentes, até contraditórios, fazendo-se então necessário todo um cuidado ao interpretá-las.

As feministas radicais têm razão ao afirmar que mulheres cis são mulheres antes mesmo de terem uma identidade, antes mesmo de poderem dizer o que são ou deixam de ser. Foram criadas para ser mulher e isso significa justamente que, quando adentrarem os domínios da linguagem, já deverão estar compreendendo a si próprias enquanto mulheres. Não há escolha, elas sequer sabem que estão sendo criadas para tal. Não podem senão sê-lo, já que estão sendo criadas assim, eis bem como funciona. Mulheres. Nesse sentido, também têm razão ao afirmarem que “ser mulher” não é sentimento, não é auto-identificação: para a mulher que são, pouco importa o que tiverem a dizer sobre si mesmas, “não me sinto mulher”, “não queria/não quero ser mulher”, pois continuarão a ser tratadas da mesma maneira. Identidade, o seu papel no complexo jogo social, não se faz na base do “decidi, pronto, acabou”.

Dito isso, é importante notar, no entanto, que cada vez mais se vê um certo grupo de pessoas criadas para ser mulher, ou seja, nascidas com vagina, o sexo dito feminino, não só reivindicando o direito de reconhecer-se enquanto homens como também conseguindo efetivamente ser tratados como tal. Como se dá isso? Se dá justamente por a identidade não ser decidida por decreto. Essas pessoas, ainda que criadas para ser mulher, ao cabo do processo não se entenderam enquanto tal e começaram a oferecer resistência a essa criação, buscando apropriar-se de signos que denotassem masculinidade para fazer com que o outro os lesse tal qual eles próprios queriam se ler, ser lidos. Ninguém tem culpa, ninguém escolhe. É necessário entender mais de aquisição da linguagem, de psicanálise, se quisermos compreender o que significa esse “sentir-se mulher” que mulheres trans alegam, esse “sentir-se homem” que homens trans alegam. Isso é o que sabem dizer, as palavras que temos à disposição, que nos ensinaram. É necessário saber ler para além da superfície dessas palavras. A menininha trans, ao confrontar a criação que recebe, não diz “eu me sinto mulher” mas sim “eu sou mulher”, e será violentada por isso. Ela aprenderá, no decurso da vida, que dizer “ME SINTO mulher” poder ser muito mais eficaz para tocar, comover o outro, do que simplesmente um “EU SOU mulher”. Jogamos com as armas que temos, as armas que nos deram, que nos ensinaram.

Dois sentidos de mulher em disputa. De um lado, a pessoa que foi constrangida a vida toda a caber num modelo opressor de mulher, o da feminilidade, da fragilidade, da insegurança, da dependência, do cuidado, do medo. Esse modelo, por colocar a mulher numa posição vulnerável em

relação ao homem, é necessariamente opressor, mas, ainda que o seja, não podemos esquecer que muitas mulheres encontrarão maneira de dar sentido a esse destino que lhes espera. Importante termos isso em mente para entender porque, desde muito cedo, crianças criadas para ser homem não se encontrarão nesse futuro que lhes foi imposto, um futuro de muito menor vulnerabilidade, e passarão a reivindicar o outro futuro, o futuro da pessoa em quem se vêem, a partir de quem quererão construir a própria imagem, a própria identidade, a mulher com que se identificam, a mulher que querem ver em si. Não é óbvio para criança alguma que, numa sociedade machista, a mulheridade seja uma prisão, uma violência e, assim como não é óbvia essa informação, tampouco será consciente a maneira como se vai construindo a identidade dessa criança. É preciso mais cuidado ao interpretarmos aquilo que podemos dizer da nossa condição, mas, sobretudo, é preciso não perder de vista também que, dizendo o que quer que digam, pessoas trans têm cada vez mais conseguido viver para si e para o outro da maneira como almejam. Não é só de palavras que estamos falando.

Finalizo voltando às feministas radicais, esse grupo com quem o movimento trans e, em especial, o transfeminista mais atrita, menos se dá, infelizmente: elas parecem querer conter a polissemia da palavra “mulher”, obrigá-la a restringir-se a uma específica conformação, negar-lhe o direito dado a toda palavra viva de assumir novos sentidos. Entendo o incômodo que manifestam ao ver a identidade entre a mulher cis e a trans ser estabelecida de forma muito fácil, como dada, óbvia, “são todas mulheres e ponto”, sem junto tentarmos compreender a maneira como essas duas mulheridades, a cis e a trans, se constituem (questões como, por exemplo, o papel do complexo de Édipo e de Electra, as coerções baseadas em gênero para conformar a criança a determinado papel, a repetição de comportamentos percebidos na[s] figura[s] com quem primeiro a criança se identifica, em quem ela se vê, a partir de quem ela vai construindo a própria identidade). Entendo esse desconforto, essa tentativa de se forçar uma identificação entre grupos que [ainda?] não se vêem idênticos, entre grupos que não se permitem muitos traços em comum, mas me parece insustentável essa posição normativa a respeito da língua, essa tentativa de frear os novos sentidos que a palavra “mulher” vai adquirindo à medida que nos fazemos visíveis, à medida que fazemos legítima a nossa existência. Consigo imaginar um futuro próximo em que o verbete “mulher”, no dicionário, traga dentre todas as suas definições possíveis, várias, uma ao menos que contemple as mulheres trans (algo como “aquelas que, para si e para a sociedade, se fizeram mulher, apesar de terem sido criadas, por conta do genital

com que nasceram, para ser homem”) e outra que, por sua vez, saiba não incluir os homens trans em sua definição (quem sabe “aquelas que, tendo sido criadas para ser mulher por conta do genital com que nasceram, existem para si e para a sociedade sob essa identidade de mulher”).

Referências

- BARBOSA, Lázaro. “Sobre TERFs, transfobia e imprecisões conceituais: considerações sobre um texto de Carla Rodrigues”. Disponível no link (acessado dia 15/01/2016): <http://www.cartapotiguar.com.br/2014/12/14/sobre-terfs-transfobia-e-impresicoes-conceituais-consideracoes-sobre-um-texto-de-carla-rodrigues/>
- BAGAGLI, Bia Pagliarini. “Foraclusão do termo cisgênero e a política do significante”. Disponível no link (acessado dia 15/01/2016): <http://transfeminismo.com/foraclusao-do-nome-cisgenero-e-a-politica-do-significante/>
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009, volume único.
- DUMARESK, Leila. “O cisgênero existe”. Disponível no link (acessado dia 15/01/2016): <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>
- KAAS, Hailey. “O que é cissexismo”. Disponível no link (acessado dia 15/01/2016): <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>
- RODRIGUES, Carla. “O (cis)gênero não existe”. Disponível no link (acessado dia 15/01/2016): <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>

Amara Molra Rodvalho (amoiramara@gmail.com). É travesti, prostituta, doutoranda em Teoria e Crítica Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, feminista e militante dos direitos de LGBTs (Ts em especial) e de profissionais do sexo. Autora do blog www.eSeEuFossePutta.com.br, onde escreve de uma perspectiva literária e feminista sobre sua experiência como prostituta, obra que virou livro e que j foi objeto de estudo de duas teses de Doutorado. Integra o Grupo Identidade (LGBT), o Coletivo TransTornar (pessoas trans) e a Associação Mulheres Guerreiras (profissionais do sexo), sediados em Campinas e com forte atuação militante nas redes sociais. Foi pr-candidata (2016) a vereadora em Campinas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). É mestra pelo IEL/UNICAMP com uma tradução crítica e comentada do livro de contos *Dubliners* de James Joyce, e no Doutorado desenvolve estudo sobre as zonas de indeterminação de sentido na obra do mesmo autor, e sobre a maneira como lidaram com essa indeterminação de sentido alguns de seus tradutores mais destacados.